**Instrução Operacional Nº 01/2018 - Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) e Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN)**

Belo Horizonte, 06 de novembro de 2018

O presente documento tem como objetivo estabelecer parâmetros para execução da provisão alimentar para famílias em contexto de extrema pobreza e as competências e corresponsabilidades entre as pastas envolvidas, a saber, Subsecretaria de Assistência Social (SUASS) e Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN).

**Provisão Alimentar através do Banco de Alimentos para famílias em contexto de extrema pobreza – SUSAN e SUASS**

Compõem esse documento os seguintes anexos:

* Anexo I – Fluxo de acesso das famílias ao Banco de Alimentos;
* Anexo II - Instrumental de encaminhamento das famílias ao Banco de Alimentos;
* Anexo III – Instrumental de encaminhamento a gestão (SUASS / GGBPP) com informações das famílias identificadas pelas equipes técnicas, que atendam aos critérios estabelecidos, mas que não se encontram na base de informações extraídas do CadÚnico.
* Anexo IV – Endereço do Banco de Alimentos.

1. **Contexto – Da concessão de cestas básicas ao direito à alimentação**

Historicamente, a política de assistência social promoveu uma série de ofertas subsidiárias a outras políticas públicas, dentre elas, insumos no campo da saúde, habitação e segurança alimentar. Tal contexto, embora contraditório à concepção prevista nos marcos regulatórios mais atuais da política, por muito tempo, conferiu à assistência social um lugar subsidiário, mas de alguma importância no campo do atendimento aos cidadãos mais vulneráveis. É possível afirmar inclusive, que a concessão de benefícios no campo da assistência social se confunde com seu advento, visto que prover o mínimo necessário à sobrevivência estava estabelecido como um exercício de caridade, cujo amparo se traduzia na oferta de benefícios para os mais pobres.

Desse modo, a concessão de cestas básicas, constituiu-se um dos legados históricos mais arraigados na atuação da assistência social e não obstante os esforços empreendidos, este insumo permanece até os dias atuais como incumbência dessa área. Conforme informações do Censo Suas, aproximadamente 90% dos municípios brasileiros executam a oferta de cestas básicas por meio da política de assistência social.

Mediante situações extremadas de desproteção social, a cesta básica parece ocupar a função do alento e conforto mínimo diante das adversidades experienciadas pelas famílias que se encontram nesta vivência. A complexidade desta oferta é tamanha que enreda gestores e técnicos que atuam na assistência social a indagarem quais seriam as possíveis estratégias de, minimamente, prover sustento para esses cidadãos.

Nesta direção, é fundamental destacar os avanços legais e de concepção em relação ao acesso à alimentação, a qual se tornou um direito social inalienável dos cidadãos brasileiros, assegurado na [Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/emc%2064-2010?OpenDocument), que alterou o art. 6º da Constituição Federal de 1988. Uma das sustentações para criação dessa Emenda foi a instituição da Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no ano de 2006, com o objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada (DHAA) no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, não pensando apenas em uma provisão, mas na constância, variedade, segurança microbiológica e sanitária e sustentabilidade dos alimentos ofertados.

No município de Belo Horizonte, a questão acerca da necessidade de se garantir o direito à alimentação adequada pelo poder público é posta em debate há no mínimo, duas décadas, isto tanto nos espaços de gestão e das equipes técnicas do provimento, quanto na atuação do Controle Social. Nesta perspectiva, é válido fazer um breve resgate a respeito dessas discussões.

A oferta de cestas básicas pelo Poder Executivo Municipal, data do início dos anos 90. Tal concessão se dava por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, a qual constituiu um formato de atenção em caráter de Plantão Social, cujo escopo era o atendimento às demandas da população em situação de vulnerabilidade no município. Neste contexto, as cestas básicas compunham um pequeno “cardápio” de ofertas executadas por este Plantão. A gestão desta oferta era compartilhada da seguinte forma: a aquisição das cestas era efetuada pela então Secretaria Municipal de Abastecimento e a distribuição ficava a cargo da assistência social, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social.

A partir de 2001, a gestão da política de assistência iniciou o processo de descentralização do Plantão Social para as nove regionais administrativas da cidade, com o objetivo de tornar o acesso mais próximo aos cidadãos e já com a prerrogativa de que as ofertas de base territorial seria o formato mais adequado de execução da política de Assistência Social. O processo transcorreu gradativamente, levando-se em consideração a estrutura física e a capacidade de Recursos Humanos de cada regional. Neste contexto, a oferta de cestas básicas se constituía uma das principais frentes de trabalho das equipes.

É válido destacar que na década de 2000, Belo Horizonte passa a protagonizar um novo modelo de execução da oferta da política de assistência social. Foram criados equipamentos públicos, denominados Núcleo de Apoio à Família (NAF), cujo objetivo principal era contribuir para a inclusão social através do fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como a inserção na rede de serviços[[1]](#footnote-1). Estes equipamentos estavam localizados em alguns dos territórios mais vulneráveis à época (um NAF em cada regional administrativa da cidade), sendo estes os equipamentos embrionários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Contudo, até

2012, os NAF’s não operavam a oferta de benefícios, estando esta circunscrita aos Plantões Sociais existentes nas regionais.

Em agosto de 2012, com o advento de novos marcos regulatórios, em especial, o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS[[2]](#footnote-2), uma nova diretriz é dada à oferta de benefícios no município, os quais passam a ser operacionalizados nos CRAS, ocasião em que se busca romper com a lógica plantonista de concessão de benefícios.

Em 2013-2014, a oferta de benefícios também passa a ser operacionalizada pelos serviços da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, sob a mesma concepção elucidada anteriormente.

Nesta perspectiva, é possível afirmar avanços expressivos no campo da concepção da oferta de serviços socioassistenciais, em destaque a compreensão dos eixos estruturantes da política, a saber, a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. Mas não é possível dizer o mesmo a respeito dos Benefícios Eventuais. Ao analisar a oferta dos benefícios no município, nota-se que embora descentralizados e buscando cumprir a diretriz de integração aos serviços, estes seguem basicamente o mesmo cardápio de ofertas dos anos 90, a exceção do término de concessão de cestas básicas, o qual terá seu contexto descrito a seguir.

No município, eram ofertadas em torno de 24 mil cestas básicas por ano. Muitas adversidades eram encontradas na oferta dessa provisão, dentre elas a logística de acondicionamento dos alimentos nos serviços socioassistenciais e o mais emblemático deles, que dizia respeito à eleição do público prioritário para acesso a essa provisão.

Com o avanço dos marcos regulatórios no campo da Segurança Alimentar, o novo entendimento requeria ações para além da provisão de cestas básicas que contemplavam apenas gêneros não perecíveis. Assim, diante dos desafios de implementação imediata de programas que atendessem a essa nova realidade, a oferta de cestas básicas se manteve conforme vinha sendo operacionalizada pelo município, por meio da política de assistência social, de modo a pelo menos prestar algum atendimento às famílias em contexto de vulnerabilidade material, até que novos programas pudessem ser planejados.

Diante desse cenário e de outros fatores determinantes, dentre eles: 1) as orientações normativas advindas da União; 2) a deliberação da X Conferência Municipal de Assistência Social, realizada no ano de 2013 que compreendeu que a oferta de cestas básicas não compete à política de assistência social e não atendia ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e; 3) a publicação da Resolução CMAS nº 53 de 12 de novembro de 2014, que dispunha sobre critérios e prazos para concessão de benefícios eventuais no município, apontando também que a concessão de cestas básicas não compete à política de assistência social. No de 2015, o órgão gestor, por meio de deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social interrompeu a concessão de cestas básicas através dos serviços do SUAS.

O objetivo, ao interromper a concessão por meio da política de assistência social, era o de conferir responsabilidade para a área competente, a então Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional (SMASAN), no entanto, a transição não ocorreu e em 2016, não houve concessão de provisão alimentar por nenhuma das secretarias.

No ano de 2017, com a mudança de gestão do poder executivo municipal, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) composto pelas Subsecretarias de Assistência Social (SUASS) e de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN) com o objetivo de formular uma proposta de provisão que substituísse a cesta básica. O resultado desse Grupo de Trabalho foi a elaboração da Minuta de Projeto de Lei que institui o “Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial” (PAAN), que tem como objetivo repassar valores monetários a famílias em situação de extrema pobreza, para que possam adquirir alimentos de qualidade e de acordo com suas necessidades, elevando assim, os patamares de autonomia e dignidade dessas famílias e contemplando a aquisição de alimentos perecíveis, particularidade que a oferta de cestas básicas não provisiona. O Projeto de Lei está em fase de tramitação.

A Lei a ser publicada e as orientações normativas advindas dela, darão o caráter continuado de provisão alimentar para famílias que vivenciam contextos de vulnerabilidade material, encaminhadas pelos serviços socioassistenciais do SUAS-BH. No entanto, até que os esses marcos regulatórios sejam elaborados e publicados, a SUSAN se propôs a ofertar uma estratégia de provisão alimentar por meio de cestas de alimentos, sendo essa considerada como uma ação de Distribuição de Alimentos (ADA)

pelo Ministério do Desenvolvimento Social.

Esta estratégia consiste no acesso das famílias em situação de extrema pobreza a uma cesta de alimentos mais completa que a anteriormente distribuída, as quais serão ofertadas por meio do Banco de Alimentos da SUSAN.

**2. Objetivo:**

A presente proposta tem como objetivo principal, promover o acesso à provisão alimentar para famílias que vivenciam contexto de extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

**3. Justificativa:**

No último ano de execução da oferta de cestas básicas, através da então Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS), foram concedidas em torno de 24 mil cestas básicas, por meio dos serviços socioassistenciais. Desse montante, aproximadamente 8 mil famílias acessaram a cesta básica mais de uma vez e deste universo, apenas 18% estavam inscritas no CadÚnico. A análise destes dados induziu à compreensão de que os desafios de atuação integrada das ofertas da assistência social eram iminentes, uma vez que as famílias que vivenciavam contexto de vulnerabilidade material, sequer estavam com o direito de inscrição no CadÚnico garantido.

Esse constitui um dos desafios que precisam ser enfrentados pela política de assistência social, tendo em vista a integralidade das ofertas, traduzida na concepção de que os benefícios, programas e projetos qualificam a oferta dos serviços socioassistenciais e fortalecem a atuação dos equipamentos públicos de assistência social. Entretanto, a dissociação destas frentes de atuação, tornam os processos fragmentados e frágeis.

Nessa perspectiva, a diretriz que irá subsidiar a provisão alimentar às famílias em contexto de vulnerabilidade ancora-se na concepção de que os serviços socioassistenciais deverão ser proativos na identificação dessas famílias, o que se dará através de informações extraídas do CadÚnico.

O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de

beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público[[3]](#footnote-3).

Segundo informações do MDS, atualmente, mais de 26 milhões de famílias estão inscritas no CadÚnico, o que o torna uma importante ferramenta para apoiar o cumprimento da função de vigilância socioassistencial no SUAS, sendo esta uma estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades e riscos e das violações de direito nos territórios[[4]](#footnote-4).

O município de Belo Horizonte possui mais de 153 mil famílias inscritas no Cadastro, o que expressa uma importante fonte de informações para o planejamento e a gestão da política de assistência social, assim como o aprimoramento da oferta de serviços socioassistenciais, visto que as informações obtidas através do CadÚnico constituem-se subsídios para a atuação da política de assistência social, em seus diversos níveis de execução.

Dada a diretriz do SUAS, a compreensão apreendida é de que, para a provisão alimentar para famílias que vivenciam contexto de vulnerabilidade material, os serviços socioassistenciais não atuarão através de demanda espontânea, mas sim por meio da realização de busca ativa dessas famílias, conforme informações do CadÚnico.

A busca ativa, contudo, não deve reduzir-se à localização das famílias que atendem os critérios de inclusão para acesso à provisão alimentar, pelo contrário, essas famílias devem ser localizadas a fim de promover sua inserção nos serviços socioassistenciais, através da acolhida, inserção em processos de acompanhamento sóciofamiliar, se for esse o caso, e realização do trabalho inerente aos serviços socioassistenciais.

**4. Público-alvo**

Conforme mencionado no tópico anterior, para eleição do público a ser atendido pela provisão alimentar, a ferramenta utilizada foi o CadÚnico. Das famílias inscritas, foram priorizadas aquelas que se encontram em contexto de extrema pobreza, com renda zero, por compreender que a vulnerabilidade material que acomete essas famílias, as tornam ainda mais suscetíveis à privações elementares, tal como a alimentação.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), o conceito de vulnerabilidade social é o que determina o público alvo desta política (p.135). Vale notar que no campo das vulnerabilidades, situam-se duas macro compreensões do conceito, a saber, as vulnerabilidades relacionais e as vulnerabilidades materiais. Em relação às vulnerabilidades relacionais, ressalta-se aqui, dois contextos que podem agravar as situações de vulnerabilidade social: os ciclos de vida (algumas faixas etárias são mais vulneráveis que outras) e as condições, como a deficiência, o período de gestação e de lactação.

A partir dessa compreensão, foram, portanto, elegíveis para o acesso à provisão alimentar, famílias em contexto de extrema pobreza, cuja renda declarada é igual a zero e que possuem em sua composição, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, gestantes e nutrizes com repetição de um ou mais ciclos de vida ou condição, visto que as especificidades desses grupos populacionais tendem a agravar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram. Dentre essas famílias, foram elegíveis aquelas que possuem a mulher como única provedora do sustento dos demais membros, a partir da concepção histórica de que, no caso do Brasil, as mulheres possuem uma série de desvantagens em relação aos homens, em especial, no campo do acesso a renda.

**5. Metodologia**

Para identificação do público-alvo, a base de dados do CadÚnico utilizada é referente ao mês de agosto de 2018. Foram extraídos dela, somente os cadastros atualizados por um período inferior a 06 (seis) meses. As informações a respeito de quais são e onde estão localizadas essas famílias serão encaminhadas para os respectivos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

É valido ressaltar que, devido à dinamicidade de alteração de dados no CadÚnico, as listagens serão atualizadas a cada bimestre, ocasião em que os serviços receberão novas informações a respeito das famílias a serem alcançadas.

Quadro 1: Critérios para Identificação do público:

|  |  |
| --- | --- |
| Base de dados: | CadÚnico |
| Número de famílias | 1122 |
| Referência: | Cadastros atualizados há menos de 6 meses |
| Variáveis (critérios cumulativos): | 1.      Famílias em contexto de extrema pobreza com renda declarada igual a R$ 0,00. |
| 2.      Famílias que possuem em sua composição, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, gestantes e nutrizes, com repetição de um ou mais ciclos de vida ou condição e que possuem a mulher como única provedora do sustento dos demais membros. |

As famílias poderão acessar a cesta de alimentos a cada dois meses, como exemplo: se uma família acessa a provisão alimentar no mês de dezembro, poderá acessar novamente em fevereiro, ou seja, o acesso das famílias às cestas é bimestral.

Outra informação importante para os serviços se refere à rotina de encaminhamento das famílias ao Banco de Alimentos, uma vez encaminhada, a família terá acesso a provisão alimentar até o mês de junho de 2019, respeitado o recebimento bimestral. Dito de outro modo, os serviços socioassistenciais não precisaram fornecer o encaminhamento para a família sempre que esta acessar o Banco de Alimentos, bastará um único encaminhamento.

Outra informação a ser destacada diz respeito à possibilidade da dinâmica familiar se alterar em virtude das possibilidades da família passar a acessar alguma renda ou de vivenciar alterações na composição familiar. Nesta perspectiva, caso tal fato aconteça, os serviços socioassistenciais serão informados, a fim alcançar a família novamente e informá-la que as referidas alterações realizadas no CadÚnico, motivou sua exclusão no acesso da provisão alimentar por meio do Banco de Alimentos. Essa ação se justifica mediante os critérios estabelecidos, já mencionados nesta Instrução.

**Vale ressaltar que no caso de famílias que se encontram em acompanhamento sociofamiliar, que possuam o perfil supramencionado para essa provisão, que não**

**foram identificadas no CadÚnico, mas cuja avaliação técnica aponte para a necessidade de acesso a provisão alimentar, essa informação deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail:** [**acesso.alimentos@pbh.gov.br**](mailto:acesso.alimentos@pbh.gov.br) **meio do instrumental que consta no anexo III deste documento. *Simultâneo a isso, a família deverá ser encaminhada para o CadÚnico, a fim de realizar ou atualizar a inscrição.***

Para melhor atendimento às famílias, a fim de evitar filas e longa espera no Banco de Alimentos, os serviços socioassistenciais das regionais deverão se organizar para encaminhar as famílias nos dias e horários previstos pela gestão do Banco de Alimentos, conforme descrito abaixo:

Quadro 2: Acesso das famílias ao Banco de Alimentos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dia da Semana para acessar o Banco de Alimentos** | **Regionais** | **Total de famílias[[5]](#footnote-5)** |
| Segunda-feira | Nordeste | 28 |
| Segunda-feira | Norte | 220 |
| Segunda-feira | Oeste | 12 |
| Segunda-feira | Pampulha | 56 |
| **Total** |  | **316** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dia da Semana para acessar o Banco de Alimentos** | **Regionais** | **Total de famílias** |
| Terça-feira | Centro-Sul | 156 |
| Terça-feira | Leste | 123 |
| Terça-feira | Noroeste | 40 |
| **Total** |  | **319** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Dia da Semana para acessar o Banco de Alimentos** | **Regionais** | **Total de famílias** |
| Sexta-feira | Barreiro | 126 |
| Sexta-feira | Venda Nova | 186 |
| **Total** |  | **312** |

*Quantitativo total do município: 1.122 Famílias, mas 175 ainda não possuem georreferenciamento, de modo que os dados podem variar entre as regionais.*

**6. Corresponsabilidades**

Conforme já mencionado anteriormente, a ação aqui apresentada será executada por meio de gestão compartilhada entre as Subsecretarias de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional.

A SUASS e SUSAN deverão instituir um Grupo de Trabalho, de caráter permanente, com membros de ambas as subsecretarias, a fim de garantir o diálogo intersetorial e o monitoramento constante das ações propostas, no âmbito da provisão alimentar e das atividades complementares.

Desse modo, elencam-se a seguir, as competências desses dois atores institucionais:

6.1 Compete à Subsecretaria de Assistência Social (SUASS):

a) Cabe ao órgão gestor:

I. Identificar as famílias no CadÚnico que possuam perfil para acesso à provisão alimentar;

II. Informar aos serviços socioassistenciais os dados das famílias que terão acesso à provisão alimentar;

III. Retroalimentar as informações a cada bimestre, com base no banco de dados do CadÚnico;

IV. Dialogar, em parceria com a SUSAN, com as equipes técnicas de referência bem como com os gestores da política de assistência social, a respeito da ação proposta e da temporalidade da mesma;

V. Realizar o monitoramento do acesso das famílias encaminhadas ao Banco de Alimentos;

VI. Orientar as equipes técnicas em caso dúvidas e situações específicas;

VII. Manter agenda permanente de interlocução com gestores da SUSAN, quanto ao processo de implementação do PAAN.

b) Cabe ao provimento, com apoio das Coordenações e Diretorias Regionais de Assistência Social:

I. Realizar busca ativa das famílias e cadastrá-las nos equipamentos de referência, ocasião em que serão desencadeadas outras ações, tais como acolhida e inserção no acompanhamento sociofamiliar;

II. Informar ao órgão gestor a relação das famílias não localizadas, através do e-mail: [acesso.alimentos@pbh.gov.br](mailto:acesso.alimentos@pbh.gov.br) ;

III. Encaminhar as famílias identificadas ao Banco de Alimentos para acesso à provisão alimentar;

IV. Conceder tarifa social para que as famílias identificadas possam acessar o Banco de Alimentos;

V. Informar ao órgão gestor possíveis contextos de famílias que não se encontram no perfil declarado quando da realização de inscrição no CadÚnico, através do e-mail: [acesso.alimentos@pbh.gov.br](mailto:acesso.alimentos@pbh.gov.br)

6.2 Compete à Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN):

I. Planejar e adquirir as cestas de alimentos da provisão alimentar;

II. Conceder as cestas de alimentos às famílias encaminhadas pelos serviços socioassistenciais ao Banco de Alimentos;

III. Repassar, mensalmente, à SUASS a relação de famílias que acessaram a cesta de alimentos por meio do Banco de Alimentos;

IV. Manter agenda permanente de interlocução com gestores da SUASS, quanto ao processo de implementação do PAAN;

V. Garantir os recursos financeiros para executar a provisão alimentar, até junho de 2019, quando planeja-se implementar o PAAN;

VI. Apresentar propostas e dialogar sobre ações complementares de fortalecimento das estratégias de segurança alimentar e nutricional, no âmbito da produção e fomento à agricultura urbana e da Educação Alimentar e Nutricional.

Anexo I – Fluxo de acesso das famílias ao Banco de Alimentos:

Anexo II: Instrumental de encaminhamento das famílias ao Banco de Alimentos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **AUTORIZAÇÃO DE ACESSO À PROVISÃO ALIMENTAR** | | | |
| **1 IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO** | | | |
| NOME DO RESPONSÁVEL FAMILIAR (RF) | | NIS DO RF | |
| ENDEREÇO (RUA, AV, ETC.) | Nº | | COMPLEMENTO |
| BAIRRO | CEP | | |
| NOME E ASSINATURA DO SOLICITANTE | | | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO |
| **2 RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO** | | | |
| SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL | | | DATA DA CONCESSÃO |
| NOME, CARIMBO E ASSINATURA DO TÉCNICO RESPONSÁVEL | | | BM |
| CARIMBO DO SERVIÇO | | | |
| **3 A SER PREENCHIDO NO BANCO DE ALIMENTOS** | | | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura do responsável pelo recebimento Assinatura do responsável pela entrega    Data:\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_ | | | |

Anexo III – Instrumental de encaminhamento a gestão com informações das famílias identificadas pelas equipes técnicas, que atendem aos critérios estabelecidos, mas que não se encontram na base de informações extraídas do CadÚnico:

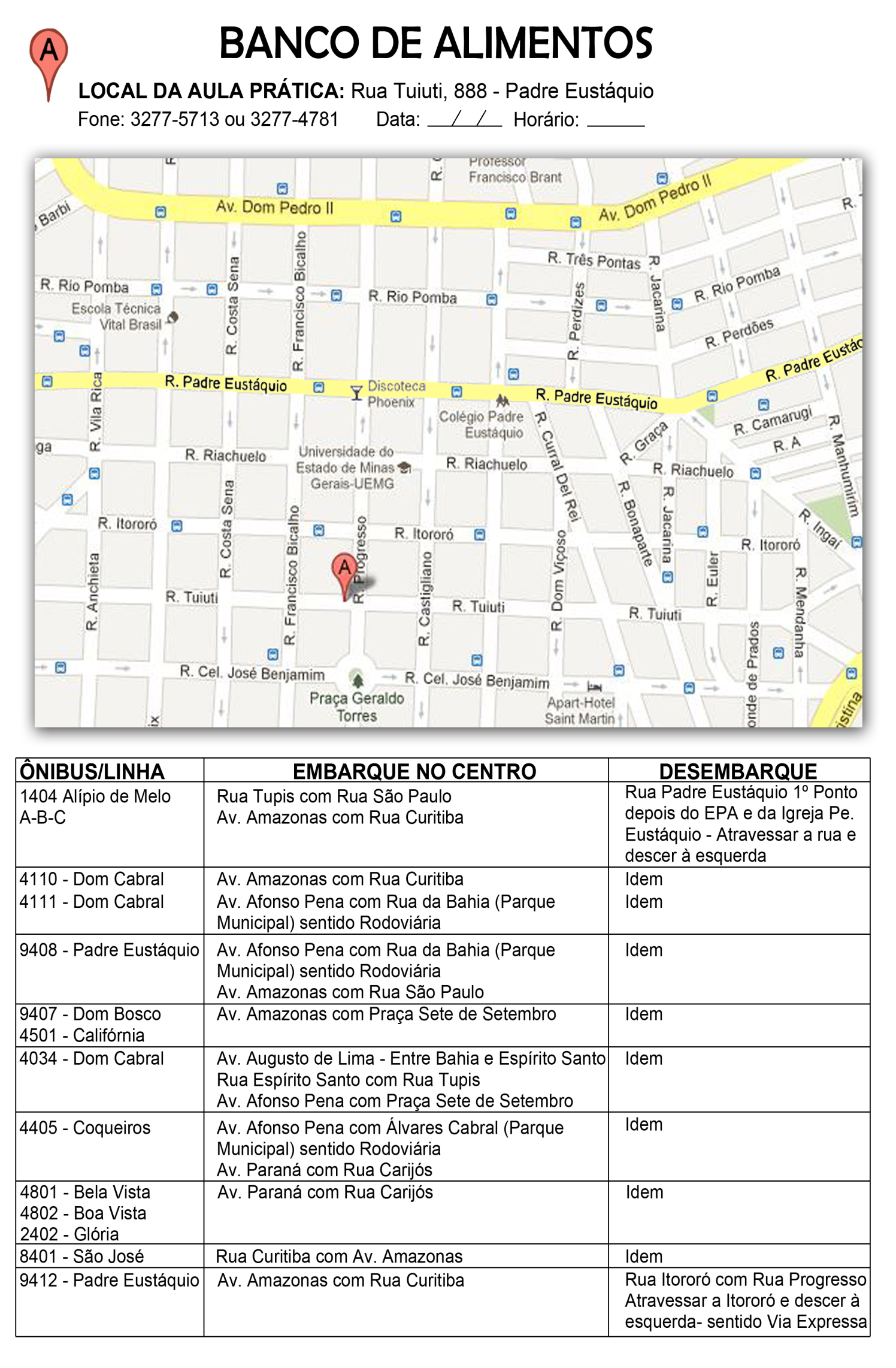
|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES A GESTÃO – PROVISÃO ALIMENTAR** | | | |
| **1 IDENTIFICAÇÃO DO CIDADÃO** | | | |
| NOME DO RESPONSÁVEL FAMILIAR (RF) | | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO | |
| ENDEREÇO (RUA, AV, ETC.) | Nº | | COMPLEMENTO |
| BAIRRO | CEP | | |
| **2 RESPONSÁVEL PELO ENCAMINHAMENTO** | | | |
| SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAL | | | DATA |
| NOME E CARIMBO DO TÉCNICO RESPONSÁVEL | | | BM |
| NÚMERO DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  A FAMÍLIA POSSUI RENDA IGUAL A R$0,00?  SIM  NÃO  A FAMÍLIA CONTA SOMENTE COM PROVEDOR DO SEXO FEMININO?  SIM  NÃO  A FAMÍLIA POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO:  CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES. QUANTOS: \_\_\_\_\_\_  IDOSOS. QUANTOS: \_\_\_\_\_\_  PESSOA COM DEFICIÊNCIA. QUANTOS: \_\_\_\_\_\_  GESTANTE E/OU NUTRIZ. QUANTOS: \_\_\_\_\_\_ | | | |
| OBSERVAÇÕES: | | | |

Esse instrumental deverá ser preenchido e encaminhado à Gerência de Gestão de Benefícios, Programas e Projetos Socioassistenciais, via e-mail: [acesso.alimentos@pbh.gov.br](mailto:acesso.alimentos@pbh.gov.br).

Anexo IV – Endereço do Banco de Alimentos:

**BANCO DE ALIMENTOS**

**Endereço: Rua Tuiuti, 888 (esq. com Rua Progresso) - Bairro Padre Eustáquio Telefone: 3277- 4791**



|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **OPÇÕES DE TRANSPORTE** | | |
| **ÔNIBUS/LINHA** | **EMBARQUE** | **DESEMBARQUE** |
| **1404** Alípio de Melo A/B/C | Ruas Tupis com São Paulo  Av. Amazonas com Curitiba | Rua Padre Eustáquio no primeiro ponto depois da Igreja Padre Eustáquio e supermercado Epa. Atravessar e descer na rua Progresso até a rua Tuiuti. |
| **4110** - Dom Cabral/Belvedere  **4111** - Dom Cabral/Anchieta | Av. Amazonas com Curitiba  Av. Afonso Pena com Rua da Bahia (Parque Municipal) sentido Rodoviária |
| **4034** - Dom Cabral | Av. Augusto de Lima entre Bahia e Espírito Santo  Rua Espírito Santo com rua Tupis  Av. Afonso Pena com praça Sete de Setembro |
| **4405** - Coqueiros | Rua dos Guaranis em frente ao n° 304 |
| **4802A** - Boa Vista | Av. Amazonas em frente ao n° 471 |
| **9412** - Padre Eustáquio | Av. Amazonas com Curitiba | Rua Itororó com Rua Progresso. Atravessar a Itororó e descer à esquerda sentido Via Expressa |
| **4403 A** - Zoológico/via Serrano | Av. Augusto de Lima em frente ao n°361 | Rua Padre Eustáquio no primeiro ponto depois da Igreja Padre Eustáquio e supermercado Epa. Atravessar e descer na rua Progresso até a rua Tuiuti. |
| **S54** - Dom Bosco/Shopping Del Rey via Padre Eustáquio | Av. Presidente Carlos Luz após o Cemitério da Paz em frente ao Colégio Franciscano Sagrada Família. |
| **Metrô** |  | Descer na Estação Calafate, atravessar a passarela acima da Av. Teresa Cristina, seguir pela rua Curral Del Rei por três quarteirões e virar à esquerda na Rua Tuiuti. |

1. Metodologia de Trabalho Social com Família na Assistência Social. (2007, p. 18) [↑](#footnote-ref-1)
2. Resolução CIT nº 07, de 10 de setembro de 2009 [↑](#footnote-ref-2)
3. Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 [↑](#footnote-ref-3)
4. LOAS. (2012, p. 13) [↑](#footnote-ref-4)
5. 175 famílias possuem endereço não georreferenciado, o que está sendo realizado de forma manual pela GVISO, após este trabalho poderá haver alteração de dados de algumas regionais. [↑](#footnote-ref-5)